

## FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO BONANÇA



### Contrato de Transferência Parcial e de Alteração do Contrato Constitutivo

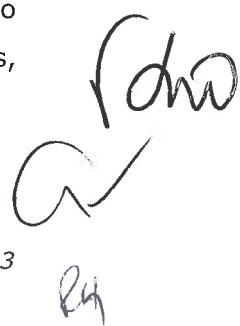
#### Entre


**Primeira Contraente: FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**, sociedade que incorporou, por fusão, a Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A., com Sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, n.º 30 e com o capital social de EUR 605.000.000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 500.918.880, adiante também designada por Associado ou por Fidelidade;

**Segunda Contraente: CGD PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.**, com sede em Lisboa, na Av. João XXI, n.º 63 2.º Piso, e o capital social de EUR 3.000.000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número de matrícula e de pessoa coletiva 502.777.460, adiante também designada por CGD Pensões ou por Entidade Gestora;

Considerando que:

1. O Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança, adiante também designado por Fundo, foi constituído em 28 de Dezembro de 2005 por Contrato Constitutivo, que veio posteriormente a ser alterado em 5 de Junho de 2007 e 2 de Agosto de 2011;
2. Em 23 de Dezembro de 2011 foi celebrado um novo Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora, cujo texto foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 2, de 15 de Janeiro de 2012 (adiante designado por "Novo CCT");
3. Em 28 de Março de 2013, foi publicada a Portaria n.º 134/2013, que estendeu o âmbito subjectivo de aplicação do Novo CCT, designadamente e para o que aqui releva, a todos os trabalhadores do setor segurador, com exceção dos filiados no SINAPSA - Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins;
4. O Novo CCT veio alterar os benefícios na reforma que decorriam do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que vigorava anteriormente (adiante designado por "Anterior CCT"), cujo texto consolidado foi publicado no Boletim do Trabalho e do Emprego, n.º 32, de 29 de Agosto de 2008, com as alterações posteriores, publicadas no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, de 8 de Agosto de 2009;



- 
5. Em 31 de Maio de 2012 verificou-se a fusão por incorporação da IMPÉRIO BONANÇA – Companhia de Seguros, S.A., na COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE – MUNDIAL, S.A., a qual, por seu turno, alterou a sua denominação social para FIDELIDADE – Companhia de Seguros, S.A.;
  6. Em virtude da mencionada fusão, passaram para a sociedade incorporante todos os direitos e obrigações da sociedade incorporada, designadamente em matéria de benefícios na reforma dos respetivos colaboradores;
  7. Para financiamento do Plano Individual de Reforma previsto no Novo CCT, e mais precisamente nas suas Cláusulas 48.<sup>a</sup> e 49.<sup>a</sup> do seu Capítulo IX “Plano de Poupança e Pré Reforma”, é constituído, na data da celebração do presente contrato, um novo Fundo de Pensões Fechado, designado Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas, de que a Fidelidade é um dos associados fundadores;
  8. Importa alterar a redação do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança, adaptando-a à nova realidade decorrente dos aspetos mencionados nos pontos anteriores dos presentes considerandos.

É acordado pelos contraentes alterar a redação do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança, com efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2012, que passa a ser a seguinte:

### **CLÁUSULA I**

#### **Denominação do Fundo**

O Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança, adiante abreviadamente designado por Fundo, foi constituído em 28 de Dezembro de 2005.

### **CLÁUSULA II**

#### **Objetivo**

O Fundo tem por objetivos exclusivos:

- a) O financiamento dos planos de pensões nele previstos;
- b) O pagamento das pensões dos mesmos decorrentes;
- c) A satisfação dos benefícios, ou a atualização das pensões garantidas através da aquisição de rendas vitalícias, em pagamento à data da constituição deste Fundo de Pensões, aos beneficiários, afetos à ex-IMPÉRIO BONANÇA – Companhia de

Seguros, S.A. e ao extinto associado IMPERGESTO – Assistência e Serviços, S.A., no Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português, de que ambas as empresas eram associados.

### **CLÁUSULA III**

#### **Associado**

O associado do Fundo é a primeira contraente, identificada na parte inicial deste contrato, adiante abreviadamente designada por Associado.

### **CLÁUSULA IV**


#### **Entidade Gestora**

A entidade gestora do Fundo é segunda contraente, identificada na parte inicial deste contrato, adiante abreviadamente designada por Entidade Gestora.

### **CLÁUSULA V**

#### **Participantes**

1. Sem prejuízo do referido nos § Introdutórios da Clausula IX, os Participantes são os trabalhadores no ativo do Associado que transitaram da ex-Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A., e que:
  - a) Ou se encontravam abrangidos pelos benefícios na reforma estabelecidos pelo Anterior CCT, por terem sido admitidos naquela Companhia até 28 de Dezembro de 2005, ou por terem sido admitidos na ex-Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A., após 28 de Dezembro de 2005 mas transitados do sector segurador e com vínculo a esse sector anterior a 22 de Junho de 1995;
  - b) Ou pertenciam ao quadro permanente da extinta associada Impergesto na data da constituição do presente Fundo, tendo sido transferidos em 26 de Dezembro de 2006 para a ex-Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.;
  - c) Ou aos quais haja sido contratualmente atribuído direito a pensão de reforma.
2. Os demais trabalhadores no ativo do Associado que transitaram da ex-Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A., e com os quais o Associado possa vir a celebrar um acordo de pré-reforma, sendo estes, contudo, apenas considerados



Participantes para efeitos da possibilidade de pagamento das respetivas prestações de pré-reforma através do Fundo e nunca para efeitos dos demais benefícios pelo mesmo financiados.

3. Ficam expressamente excluídos dos Planos de Pensões Complementares, descritos nas alíneas c) e d) do n.º 1 da Cláusula IX, os trabalhadores do Associado que transitaram da ex-Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. mas que foram admitidos a partir da data da constituição do Fundo.

#### **CLÁUSULA VI**

##### **Beneficiários**

São beneficiários do Fundo:

- a) Aqueles que eram beneficiários, afetos à ex-Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. ou ao extinto associado IMPERGESTO – Assistência e Serviços, S.A., do Fundo de Pensões do Grupo BCP, do qual ambas as empresas foram associados;
- b) As pessoas singulares que adquiram o direito às prestações pecuniárias estabelecidas nos planos de pensões definidos na cláusula IX.

#### **CLÁUSULA VII**


##### **Património inicial**

O património do Fundo, na data da sua constituição era de 62.340.690,41 euros, correspondente ao valor das quotas-partes do património do Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português cuja transferência, em numerário, para este fundo, resultou da respetiva exclusão de associado e de uma contribuição em numerário.


#### **CLÁUSULA VIII**

##### **Transferência de Património para o Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas**

1. Na presente data é transferido para o Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas o montante correspondente ao somatórios dos seguintes valores:

- 
- (a) Responsabilidades por serviços passados, com pensões de reforma por velhice, relativo aos Participantes existentes em 15 de Janeiro de 2012 e que, até à presente data, não tenham passado à situação de Beneficiários deste Fundo por reforma por velhice ou invalidez, que estando abrangidos pelo Novo CCT, ou por não serem filiados no SINAPSA – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins ("SINAPSA") ou por terem aderido individualmente a esse mesmo Contrato apesar de serem filiados no SINAPSA, não se encontrem em situação de pré-reforma anterior a 1 de Janeiro de 2012, no âmbito do Plano de Pensões Decorrente do Anterior CCT (adiante também designado apenas por Plano do Anterior CCT), descrito na alínea b) do n.º 1 da Cláusula IX, apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2011 e segundo o método atuarial e pressupostos utilizados na avaliação atuarial reportada ao Instituto de Seguros de Portugal para o efeito, definidos no Anexo II ao presente contrato;
- (b) Atribuição, sobre os valores referidos na alínea anterior, de uma rendibilidade efetiva de 12,56% (taxa resultante da média, ponderada pelo valor patrimonial em 01-01-2012 de cada Fundo/ Adesão Coletiva adiante referido, das rendibilidades registadas no ano de 2012 pelo Fundo de Pensões Fidelidade, Fundo de Pensões Pessoal da Mundial Confiança, Fundo de Pensões Pessoal da Império Bonança, Fundo de Pensões Companhia Portuguesa de Resseguros e Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente - através do qual é financiado o Plano de Pensões decorrente do anterior CCT no caso da companhia Via Directa), relativa ao ano de 2012;
- (c) À atribuição, sobre os valores mencionados nas duas alíneas anteriores, de uma rendibilidade efetiva de 5,61% (taxa máxima, de entre as taxas de rendibilidade registadas em 2013, até ao final do mês anterior ao da celebração do presente contrato, pelo Fundo de Pensões Fidelidade, Fundo de Pensões Pessoal da Mundial Confiança, Fundo de Pensões Pessoal da Império Bonança, Fundo de Pensões Companhia Portuguesa de Resseguros e Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente - através do qual é financiado o Plano de Pensões decorrente do anterior CCT no caso da companhia Via Directa), relativa ao período decorrido no ano de 2013.

2. Os montantes das transferências referidas no número anterior são alocados a contas individuais, no Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas, designadas por "BASE BD", em nome de cada um dos Participantes a que correspondiam.

- 
3. Caso um Participante não enquadrável no número 1 supra, por, na presente data, ser filiado no SINAPSA e não ter aderido individualmente a esse contrato coletivo, passe a estar abrangido pelo âmbito subjetivo do Novo CCT, o montante correspondente ao valor das responsabilidades por serviços passados, com a respectiva pensão de reforma por velhice, apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2011 e definidos no Anexo II ao presente contrato, será transferido para o Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas e alocado a uma conta individual, naquele fundo, designada por "BASE BD", em nome do Participante a que correspondia, cessando a sua qualidade de Participante do Plano do Anterior CCT e do Plano Complementar ao Anterior CCT, este último descrito na alínea c) do n.º 1 da Cláusula IX (adiante também designado apenas por Plano Complementar ao Anterior CCT).
  4. Excluem-se expressamente do número anterior os Participantes que, na presente data, se encontrem em situação de pré-reforma anterior a 1 de Janeiro de 2012, no âmbito do Plano do Anterior CCT.

## **CLÁUSULA IX**

### **Planos de Pensões**

#### **§ Introdutórios:**

Como consequência das transferências referidas na cláusula anterior, o universo de Participantes afeto ao Plano do Anterior CCT, bem como ao Plano Complementar ao Anterior CCT, fica limitado aos trabalhadores enquadráveis na Cláusula V que, na data da celebração do presente contrato:

- i) Ou se encontrem em situação de pré-reforma anterior a 1 de Janeiro de 2012;
- ii) Ou não estejam abrangidos pelo Novo CCT, enquanto tal situação persistir e não se verificar a transferência prevista no n.º 3 da Cláusula anterior.

Também como consequência das transferências referidas na cláusula anterior, o universo de Beneficiários:

- iii) Afeto ao Plano do Anterior CCT fica limitado aos ex-trabalhadores que já se encontrem nessa situação na data da celebração do presente contrato por se terem reformado por velhice ou por invalidez, aos trabalhadores enquadráveis na Cláusula V que, também nesta data, se encontrem em

situação de pré-reforma anterior a 1 de Janeiro de 2012 e venham a passar à situação de reforma por velhice ou invalidez, bem como aos demais trabalhadores enquadráveis na Cláusula V que venham a reformar-se por velhice ou invalidez não estando então abrangidos pelo Novo CCT;

- iv) Afeto ao Plano Complementar ao Anterior CCT fica limitado às pessoas singulares que já se encontravam nessa situação na data da celebração do presente contrato, aos trabalhadores enquadráveis na Cláusula V que, também nesta data, se encontrem em situação de pré-reforma anterior a 1 de Janeiro de 2012 e venham a passar à situação de reforma por velhice ou invalidez, aos demais trabalhadores enquadráveis na Cláusula V que venham a reformar-se por velhice ou invalidez não estando então abrangidos pelo Novo CCT, bem como às pessoas singulares que, na sequência do falecimento de algum Participante afeto ao Plano Complementar ao Anterior CCT ou de algum Beneficiário de uma pensão de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do Plano do Anterior CCT ou do Plano Complementar ao Anterior CCT venham a auferir uma pensão de sobrevivência, nos termos previstos nas subalíneas iii. e iv. da alínea c) do n.º 1 da presente Cláusula IX.


Os Participantes do Plano Complementar ao Novo CCT serão os demais trabalhadores enquadráveis na Cláusula V, que não estejam abrangidos pelo Plano do Anterior CCT e pelo Plano Complementar ao Anterior CCT.

Os Beneficiários do Plano Complementar ao Novo CCT serão as pessoas singulares enquadráveis na Cláusula VI, que não estejam abrangidos pelos benefícios decorrentes do Plano do Anterior CCT e/ou do Plano Complementar ao Anterior CCT.

1 - Sem prejuízo do referido nos anteriores § Introdutórios, os benefícios contemplados pelo Fundo são os previstos nas alíneas seguintes:

- a) As prestações a título de pré-reforma que se encontravam em pagamento à data da constituição do Fundo aos beneficiários afetos à ex-IMPÉRIO BONANÇA - Companhia de Seguros, S.A. e ao extinto associado IMPERGESTO - Assistência e Serviços, S.A., ou cujo pagamento pelo Fundo se iniciou após essa data, ou se venha a iniciar, nos termos de acordo de pré-reforma celebrado com a ex-Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. ou com o Associado, neste último caso desde que envolvendo trabalhadores que transitaram da ex-Império Bonança -





Companhia de Seguros. Estas prestações cessam na data em que o pré-reformado preencher as condições legais mínimas para requerer a reforma à Segurança Social ou se reformar por invalidez. O pagamento pelo Fundo da prestação de pré-reforma pressupõe o pagamento prévio pelo Associado de uma contribuição extraordinária para o Fundo correspondente ao valor integral das responsabilidades relativas à prestação de pré-reforma a garantir, de acordo com o estudo técnico atuarial e financeiro para o efeito realizado;

b) Plano do Anterior CCT: os benefícios contemplados por este plano são os que se encontravam definidos no Anterior CCT, para efeitos de complemento de reforma por velhice e por invalidez;

c) Plano Complementar ao Anterior CCT:

- i. Pensão de velhice ou invalidez – os benefícios contemplados neste âmbito correspondem, à data da reforma, a uma fração da diferença entre, por um lado, o valor dos benefícios decorrentes da aplicação das percentagens da tabela constante do Anexo I à remuneração efetiva do participante à data da reforma, e, por outro, o valor dos benefícios decorrentes, a tal título, de instrumento de regulamentação coletiva a que o participante esteja vinculado acrescido das prestações decorrentes do Regime Geral da Segurança Social ou de qualquer outro Regime Especial de Segurança Social a que o trabalhador tenha direito, sendo anualmente atualizados em proporção idêntica à dos benefícios decorrentes, a tal título do referido instrumento de regulamentação coletiva.

A referida fração corresponde à proporção entre a percentagem da tabela anexa referente ao número de anos a considerar para efeito da atribuição do plano complementar e a percentagem do mesmo anexo correspondente ao número total de anos de serviço prestados à ex-IMPÉRIO BONANÇA – Companhia de Seguros, S.A. e ao extinto associado Impergesto.

A data de reforma considerada para efeitos desta alínea é a que decorre do instrumento de regulamentação coletiva a que o participante esteja vinculado;

- ii. Pensão de invalidez total e permanente – os benefícios contemplados neste âmbito previnem a situação de invalidez total e permanente e correspondem ao valor, à data da ocorrência daquela situação, da diferença entre, por um lado, 100% da remuneração efetiva do participante àquela data e, por outro, o valor


  




dos benefícios decorrentes, a tal título, de instrumento de regulamentação coletiva a que o participante esteja vinculado acrescido das prestações decorrentes da anterior subalínea i., do Regime Geral da Segurança Social ou de outro Regime Especial de Segurança Social a que o trabalhador tenha direito, sendo depois anualmente atualizados em proporção idêntica à dos benefícios decorrentes, a tal título, do referido instrumento de regulamentação coletiva.

Para efeitos desta subalínea, considera-se que o participante se encontra na situação de invalidez total e permanente se, em consequência de doença ou acidente, estiver total e definitivamente incapaz de exercer uma atividade remunerada, com fundamento em sintomas objetivos, clinicamente comprováveis, não sendo possível prever qualquer melhoria no seu estado de saúde de acordo com os conhecimentos médicos atuais, nomeadamente quando desta invalidez resultar paralisia de metade do corpo, perda do uso dos membros superiores ou inferiores em consequência de paralisia, cegueira completa ou incurável, alienação mental e toda e qualquer lesão por desastre ou agressões em que haja perda irremediável das faculdades e capacidade de trabalho. Em qualquer caso, o reconhecimento da invalidez total e permanente é feito com base na Tabela Nacional de Incapacidades e garantem-se as desvalorizações superiores a 66,6% que, para efeitos da atribuição deste benefício, serão consideradas como sendo iguais a 100%;

- iii. Pensão de sobrevivência de participantes – os benefícios contemplados neste âmbito correspondem ao valor, à data da morte do participante, da diferença entre, por um lado, 50% da remuneração efetiva do participante à data do seu falecimento e, por outro, o valor dos benefícios decorrentes, a tal título, de instrumento de regulamentação coletiva a que o participante esteja vinculado acrescido das prestações decorrentes do Regime Geral da Segurança Social ou de outro Regime Especial de Segurança Social a que os respetivos beneficiários tenham direito, sendo depois anualmente atualizados em proporção idêntica à dos benefícios decorrentes, a tal título, do referido instrumento de regulamentação coletiva ou, no caso de este não prever tal benefício, à do benefício de invalidez dele decorrente;
- iv. Pensão de sobrevivência de reformados – os benefícios contemplados neste âmbito correspondem ao valor, à data da morte do beneficiário reformado, da diferença entre, por um lado, 50% da soma das pensões de velhice ou de invalidez auferidas pelo beneficiário àquela data, quer da parte do Regime



Geral da Segurança Social ou de qualquer outro Regime Especial de Segurança Social, quer de instrumento de regulamentação coletiva a que o participante esteja vinculado, quer das anteriores subalíneas i. e ii. e, por outro, o valor dos benefícios decorrentes, a título de prestações de sobrevivência, de instrumento de regulamentação coletiva a que o participante esteja vinculado, acrescido das prestações do Regime Geral de Segurança Social ou de outro Regime Especial de Segurança Social a que os respetivos beneficiários tenham direito, sendo depois anualmente atualizados em proporção idêntica à do benefício de velhice decorrente do CCT.

Sem prejuízo do disposto no n.º 2 da Cláusula XXI, o benefício contemplado nesta subalínea apenas é devido se o participante tiver passado à situação de reforma a partir de 1 de Janeiro de 2002.

d) Plano Complementar ao Novo CCT:

- i. Pensão de velhice ou invalidez – os benefícios contemplados neste âmbito correspondem, à data da reforma, a uma fração da diferença entre, por um lado, o valor dos benefícios decorrentes da aplicação das percentagens da tabela constante do Anexo I à remuneração efetiva do participante à data da reforma, e, por outro, o valor dos benefícios decorrentes, a tal título, do Plano de Pensões resultante do Novo CCT e financiado através do Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas acrescido das prestações decorrentes do Regime Geral da Segurança Social ou de outro Regime Especial de Segurança Social a que o trabalhador tenha direito.

A referida fração corresponde à proporção entre a percentagem da tabela do Anexo I referente ao número de anos a considerar para efeito da atribuição deste plano complementar e a percentagem do mesmo anexo correspondente ao número total de anos de serviço prestados à Fidelidade, à ex-IMPÉRIO BONANÇA – Companhia de Seguros, S.A. e ao extinto associado Impergesto.

Para efeitos da presente subalínea, considera-se como o valor dos benefícios decorrentes do Novo CCT o valor mensal da pensão resultante da apólice de seguro de renda vitalícia (constante, sem reversibilidade em caso de morte e com catorze prestações anuais), que seria passível de ser adquirida junto da Fidelidade a favor do Participante, no momento em que lhe for concedida a pensão de reforma por velhice ou invalidez pelo Regime Geral da Segurança


Social ou por outro Regime Especial de Segurança Social por que esteja abrangido, com um prémio único correspondente a 100% da quota-parte do saldo de conta do Participante no Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas que tenha resultado exclusivamente das contribuições das suas entidades patronais, independentemente do Beneficiário vir ou não a optar pela aquisição efetiva de tal apólice no âmbito do Plano de Pensões financiado pelo referido fundo de pensões.

A data de reforma considerada para efeitos desta subalínea é a que decorre do instrumento de regulamentação coletiva a que o Participante esteja vinculado;

- ii. Pensão de invalidez total e permanente – os benefícios contemplados neste âmbito previnem a situação de invalidez total e permanente e correspondem ao valor, à data da ocorrência daquela situação, da diferença entre, por um lado, 100% da remuneração efetiva do participante àquela data e, por outro, o valor dos benefícios decorrentes, a tal título, do Plano de Pensões resultante do Novo CCT e financiado através do Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas acrescido das prestações decorrentes da anterior subalínea i. e do Regime Geral da Segurança Social ou de outro Regime Especial de Segurança Social a que o trabalhador tenha direito.

Para efeitos da presente subalínea, considera-se como o valor dos benefícios decorrentes do Novo CCT o valor mensal da pensão resultante da apólice de seguro de renda vitalícia (constante, sem reversibilidade em caso de morte e com catorze prestações anuais), que seria passível de ser adquirida junto da Fidelidade a favor do Participante, no momento do reconhecimento da situação de invalidez, com um prémio único correspondente a 100% da quota-parte do saldo de conta do Participante no Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas que tenha resultado exclusivamente das contribuições das suas entidades patronais, independentemente do Beneficiário vir ou não a optar pela aquisição efetiva de tal apólice no âmbito do Plano de Pensões financiado pelo referido fundo de pensões.

Também para efeitos desta subalínea, considera-se que o participante se encontra na situação de invalidez total e permanente se, em consequência de doença ou acidente, estiver total e definitivamente incapaz de exercer uma atividade remunerada, com fundamento em sintomas objetivos, clinicamente comprováveis, não sendo possível prever qualquer melhoria no seu estado de saúde de acordo com os conhecimentos médicos atuais, nomeadamente quando




desta invalidez resultar paralisia de metade do corpo, perda do uso dos membros superiores ou inferiores em consequência de paralisia, cegueira completa ou incurável, alienação mental e toda e qualquer lesão por desastre ou agressões em que haja perda irremediável das faculdades e capacidade de trabalho. Em qualquer caso, o reconhecimento da invalidez total e permanente é feito com base na Tabela Nacional de Incapacidades e garantem-se as desvalorizações superiores a 66,6% que, para efeitos da atribuição deste benefício, serão consideradas como sendo iguais a 100%;

- iii. Pensão de sobrevivência de participantes – os benefícios contemplados neste âmbito correspondem ao valor, à data da morte do participante, da diferença entre, por um lado, 50% da remuneração efetiva do participante à data do seu falecimento e, por outro, o valor dos benefícios decorrentes, a tal título, do Plano de Pensões decorrente do Novo CCT e financiado através do Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas acrescido das prestações decorrentes do Regime Geral da Segurança Social ou de outro Regime Especial de Segurança Social a que os respetivos beneficiários tenham direito.

Para efeitos da presente subálnea, considera-se como o valor dos benefícios decorrentes do Novo CCT o somatório do valor mensal das pensões resultantes das apólices de seguro de renda (constantes, sem reversibilidade em caso de morte e com catorze prestações anuais), que seriam passíveis de ser adquiridas junto da Fidelidade, no momento do óbito, a favor do cônjuge sobrevivente e de cada filho, que sejam beneficiários elegíveis por morte do Participante nos termos do Novo CCT, com um prémio único, para cada uma destas apólices, correspondente ao valor da parcela da quota-parte do saldo de conta do Participante no Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas, que tenha resultado exclusivamente das contribuições das suas entidades patronais, a que tenha direito cada um dos beneficiários em causa, nos termos do Novo CCT e do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas.

- iv. Pensão de sobrevivência de reformados – os benefícios contemplados neste âmbito correspondem ao valor, à data da morte do beneficiário reformado, da diferença entre, por um lado, 50% da soma das pensões de velhice ou de invalidez auferidas pelo beneficiário àquela data, quer da parte do Regime Geral da Segurança Social ou de qualquer outro Regime Especial de Segurança




Social, quer no âmbito das anteriores subalíneas i. e ii., quer passíveis de estarem a ser recebidos com proveniência no Plano de Pensões decorrente do Novo CCT e financiado através do Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas, e, por outro, o valor das prestações do Regime Geral de Segurança Social ou de outro Regime Especial de Segurança Social a que os respetivos beneficiários tenham direito.

Para efeitos da presente subalínea, considera-se como o valor dos benefícios passíveis de estarem a ser recebidos com proveniência no Novo CCT o valor mensal da pensão resultante da apólice de seguro de renda vitalícia (constante, sem reversibilidade em caso de morte e com catorze prestações anuais), que teria sido passível de ser adquirida junto da Fidelidade a favor do Participante, no momento em que lhe foi concedida a pensão de reforma por velhice ou invalidez pelo Regime Geral da Segurança Social ou por outro Regime Especial de Segurança Social por que esteja abrangido, com um prémio único correspondente a 100% da quota-parte do saldo de conta do Participante no Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas que tenha resultado exclusivamente das contribuições das suas entidades patronais, independentemente de ter ou não sido essa a sua opção efetiva quanto à forma de pagamento dos benefícios por reforma a que então tinha direito.

Sem prejuízo do disposto no n.º 2 da Cláusula XXI o benefício contemplado nesta subalínea apenas é devido se o participante tiver passado à situação de reforma a partir de 1 de Janeiro de 2002.

§ 1º Para efeitos dos planos complementares previstos nas alíneas c) e d) do n.º 1 da Cláusula IX, entende-se por remuneração efetiva o montante correspondente à retribuição mensal auferida pelo participante deduzida das contribuições para o Regime Geral de Segurança Social, e bem assim, de quaisquer outras contribuições, definidas em lei ou instrumento de regulamentação coletiva, destinadas a financiar benefícios de reforma.

§ 2º Em todo o caso, o limite máximo, à data da reforma, das pensões de reforma por velhice ou invalidez, em qualquer dos referidos Planos, será sempre o da última remuneração líquida, não podendo, em situação alguma, traduzirem-se em montante líquido superior àquela.



§ 3º Os benefícios contemplados n.º 1 da Clausula IX são pagos em 14 (catorze) prestações anuais.

§ 4º Os benefícios contemplados nas subalíneas iii) e iv), quer da alínea c) quer da aliena d) do n.º 1 da Clausula IX são atribuídos do seguinte modo:

- i) 50% para o cônjuge sobrevivivo;
- ii) 50% para os filhos, incluindo os nascituros e adotados plenamente, até perfazerem 18 anos, ou 21 e 24, enquanto frequentarem, respetivamente, o ensino médio ou superior e sem limite de idade, os que sofrerem de incapacidade permanente e total para o trabalho;
- iii) 100% para os filhos ou adotados plenamente, nas condições previstas em ii), no caso de o falecido não ter deixado cônjuge sobrevivivo;
- iv) 100% para o cônjuge sobrevivivo, se não existirem os beneficiários previstos em ii) ou, no caso de existirem, não terem direito ao benefício;
- v) A pensão de sobrevivência do cônjuge será mantida enquanto se mantiver no estado de viuvez, revertendo, se o trabalhador não tiver deixado cônjuge sobrevivivo ou, por morte deste ou no caso de contrair novo casamento, a favor dos filhos do trabalhador, nas condições referidas em ii);
- vi) Quando algum ou alguns dos beneficiários deixe de ter direito à pensão de sobrevivência, a sua parte acrescerá à dos restantes;
- vii) A pensão mensal de sobrevivência será atribuída nos termos dos números anteriores, desde que o trabalhador, à data do seu falecimento, fosse casado há mais de um ano.

2 – No caso de, num determinado exercício, o Return On Equity (ROE) da ex-Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. ter sido igual ou superior ao fixado para o efeito no Contrato de Gestão vigente à data, o ano correspondente ao exercício em causa foi considerado para efeitos de cálculo da pensão de velhice prevista no Plano Complementar ao Anterior CCT relativamente à generalidade dos participantes do Fundo abrangidos por esse Plano que não se encontravam na situação de pré-reforma e que, de acordo com o critério objetivo e idêntico para todos eles decorrente da aplicação do sistema de avaliação de desempenho interno que em cada momento se encontrava em vigor, obtiveram, nesse ano, notação superior a 25% da notação máxima que em cada momento se encontrava em vigor.



§ único. Para efeitos deste número, entende-se como ROE da ex-Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A., o resultante dos respetivos documentos de prestação de contas apresentadas.

3 - Nos termos e para os efeitos do legalmente estabelecido para o efeito, declara-se que:

- a) Relativamente aos beneficiários do Fundo de Pensões de que a primeira contraente e o ex-associado Impergesto eram associados na data da extinção das respetivas quotas-partes, os benefícios a que os mesmos têm direito são os que emergem das disposições aplicáveis do respetivo contrato constitutivo;
- b) A aplicação do presente contrato não afasta os direitos dos ex-trabalhadores que deixem de estar vinculados ao Associado ou que tenham deixado de estar vinculados ao ex-associado Impergesto e que, por força do instrumento de regulamentação coletiva de que aqueles sejam ou tenham sido partes, possam exigir do Associado um benefício a título de reforma por velhice ou invalidez, nos termos previstos naqueles instrumentos de regulamentação coletiva.

4 - Para todo o participante que adquira a qualidade de beneficiário ao serviço do Associado e para efeitos da atribuição dos benefícios previstos nos números anteriores, é contado como tempo de serviço o prestado quer no Associado, quer na ex-Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A, quer no ex-associado Impergesto, não podendo os benefícios que venha a auferir ser inferiores àqueles a que teria direito se se mantivesse vinculado à empresa, de entre estas, pela qual foi inicialmente contratado.


5 - As expetativas dos participantes de atribuição pelo Fundo de quaisquer prestações relativas ao plano complementar caducam logo que cesse a relação laboral entre aqueles e o Associado, por facto que não seja o que determina a atribuição do benefício.

## **CLÁUSULA X**

### **Financiamento**

1 - O Financiamento dos Planos de Pensões previstos neste contrato fica a cargo do Associado.





2 - As responsabilidades assumidas pelo Fundo relativas aos benefícios de invalidez e de sobrevivência poderão ser financiadas mediante a aquisição de seguros do ramo vida que cubram esses riscos.

3 - No caso de o Return On Equity (ROE) da ex-IMPÉRIO BONANÇA – Companhia de Seguros, S.A. ter sido igual ou superior ao determinado no contrato de gestão então vigente para efeitos do disposto na Cláusula IX, nº 2, o Associado, em cada ano, aferiu da possibilidade de efetuar contribuições extraordinárias para o Fundo, por forma a que o Plano Complementar existente na altura, no que respeita à pensão de velhice conforme se encontrava definida, pudesse ser aplicado retroativamente a um ou mais exercícios anteriores, sendo que, em tal caso, a sua aplicação abrangeu a generalidade dos trabalhadores da associada naquele exercício que eram participantes do Fundo, até ao limite do ano de entrada de cada um deles na atividade seguradora.

4 - O financiamento de cada um dos Planos de Pensões descritos na Cláusula IX será feito através de quotas-partes separadas. Contudo, e atendendo às obrigações legais do cumprimento anual dos níveis de cobertura de responsabilidades, caso se verifique uma situação de excesso de financiamento de uma das quotas-partes, o Associado poderá, mediante acordo da Entidade Gestora e comunicação prévia ao ISP, transferir a totalidade ou parte do excesso de financiamento dessa quota-parte para a outra quota-parte caso esta apresente um nível de cobertura de responsabilidades insuficiente.

## **CLÁUSULA XI**

### **Regras de administração do Fundo**

No âmbito da administração do Fundo, a Entidade Gestora prosseguirá sempre objetivos de rentabilidade e de segurança e assegurará o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

## **CLÁUSULA XII**

### **Depositário**

1 – Os valores que integram o património do Fundo, e bem assim os documentos representativos das aplicações daquele, serão depositados no Banco Depositário, ao abrigo de contrato de depósito.

2 – A Entidade Gestora poderá transferir os valores do Fundo e os respetivos documentos representativos para outra ou outras entidades depositárias, desde que, para tanto, obtenha o acordo prévio do Associado e comunique a alteração ao Instituto de Seguros de Portugal.

3 – A Entidade Gestora poderá mandar a gestão de parte ou da totalidade dos ativos do Fundo a instituições de crédito e a empresas de investimento legalmente autorizadas a gerir ativos em país membro da OCDE, desde que, para o efeito, seja celebrado contrato escrito com a entidade ou entidades prestadoras desses serviços que assegure a afetação do património aos seus fins, nos termos das normas regulamentares aplicáveis.

## **CLÁUSULA XIII**

### **Transferência de gestão do Fundo**

1 – O Associado pode promover a transferência da gestão do Fundo para outra ou outras entidades gestoras, desde que, para tanto, notifique a Entidade Gestora, com uma antecedência mínima de 90 dias relativamente à data em que pretenda que aquela opere efeitos.

2 – A efetiva transferência da gestão do Fundo depende de autorização do Instituto de Seguros de Portugal.

## **CLÁUSULA XIV**

### **Representação do Associado**

O Associado assegurará a sua própria representação através do seu Conselho de Administração ou da pessoa ou pessoas em quem este delegar tal competência.



## **CLÁUSULA XV**

### **Empréstimos**

O Fundo não concederá empréstimos aos participantes.

## **CLÁUSULA XVI**

### **Suspensão de contribuições**

No caso do Associado não proceder ao pagamento das contribuições contratadas, necessário ao cumprimento dos montantes mínimos exigidos pelo normativo em vigor, a Entidade Gestora deve propor àquela a regularização da situação, sob pena de se proceder à liquidação do Fundo, isto se, no prazo de um ano a contar do início da situação, não tiver sido estabelecido um adequado plano de financiamento, nos termos no art.º 78º do DL 12/2006, de 20 de Janeiro, ou de outro normativo que o venha a substituir.

## **CLÁUSULA XVII**

### **Causas de extinção do Fundo**

O Fundo extinguir-se-á quando:

- a) O seu objetivo tiver sido atingido;
- b) O Associado se extinguir, por qualquer forma, salvo se a responsabilidade pelo financiamento dos planos for assumida por outra entidade que a substitua;
- c) O Associado suspender o pagamento das contribuições contratadas, nos termos expressos na cláusula anterior, depois de ter sido proposta a regularização da situação e a mesma não tiver, no prazo de um ano, cumprido o plano de financiamento proposto pela Entidade Gestora.

B

**CLÁUSULA XVIII**  
**Liquidação do Fundo**

1 – Em caso de extinção do Fundo, o respetivo património será liquidado, sendo garantidos aos beneficiários e aos participantes, pela ordem a seguir indicada, os seguintes benefícios:

- a) A continuidade do pagamento das pensões, através da aquisição junto de uma seguradora de rendas imediatas, vitalícias ou temporárias, para todos os beneficiários à data da extinção do Fundo. As rendas a adquirir para satisfação de pensões de reforma por velhice ou por invalidez serão reversíveis a favor do cônjuge e dos filhos menores, em caso de morte do beneficiário;
- b) O início imediato do pagamento das pensões a atribuir aos participantes que, encontrando-se em atividade na data da extinção do Fundo, tenham, nessa oportunidade, idade igual ou superior à idade normal de reforma, através da aquisição junto de uma seguradora de rendas vitalícias imediatas, as quais, em caso de falecimento, serão transformadas em rendas de sobrevivência a favor do cônjuge e dos filhos;
- c) A atribuição aos participantes que ainda não tenham atingido a idade normal da reforma de rendas vitalícias diferidas para aquela idade, a adquirir junto de uma seguradora, as quais, em caso de falecimento, serão transformadas em rendas de sobrevivência a favor do cônjuge e dos filhos.

2 – A prestação das rendas referidas nas alíneas b) e c) do número anterior será de montante igual ao que resultaria da aplicação do plano base aplicável ao participante à data da extinção, acrescido do que lhe couber por aplicação do plano complementar, considerando o tempo de serviço e o salário pensionável à data da liquidação.

§ Único. Em caso de insuficiência financeira, o património do Fundo responderá, preferencialmente pelas responsabilidades enunciadas e pela ordem das alíneas do n.º 1, com recurso a rateio proporcional às respetivas responsabilidades naquela em que for necessário. No caso de, após assegurados os direitos referidos no n.º 1, se verificar a existência de um valor remanescente do Fundo, o mesmo servirá para melhorar, na mesma proporção, todas as pensões e rendas vitalícias a que alude o n.º 1 desta cláusula.



## **CLÁUSULA XIX**

### **Arbitragem**

1 – Os diferendos que eventualmente venham a suscitar-se entre as primeira e segunda contraentes, relativamente à interpretação, aplicação ou execução das disposições do presente contrato, serão obrigatoriamente dirimidos por recurso à arbitragem.

2 – O tribunal arbitral será constituído por tantos árbitros quanto o número de partes envolvidas mais um, sendo os primeiros nomeados por cada uma das partes e o último, que presidirá, nomeado pelos restantes árbitros. No caso de o número de árbitros assim nomeados ser par, os árbitros nomeados pelas partes envolvidas deverão nomear, por maioria, um outro árbitro, para além do presidente, que assumirá as funções de vice-presidente.

3 – Na falta de acordo, o presidente e o vice-presidente serão designados pelo Tribunal da Relação de Lisboa.

4 – O tribunal arbitral funcionará nas comarcas de Lisboa ou Porto, competindo aos árbitros definir as regras do respetivo processo e a comarca em que efetivamente funcionará.

5 – No omissso, aplicar-se-á a lei de arbitragem em vigor ao tempo da constituição do tribunal arbitral.

## **CLÁUSULA XX**

### **Condições de modificação do contrato**

As disposições constantes do presente contrato apenas poderão ser modificadas por acordo entre as partes, e após autorização do Instituto de Seguros de Portugal.

## **CLÁUSULA XXI**

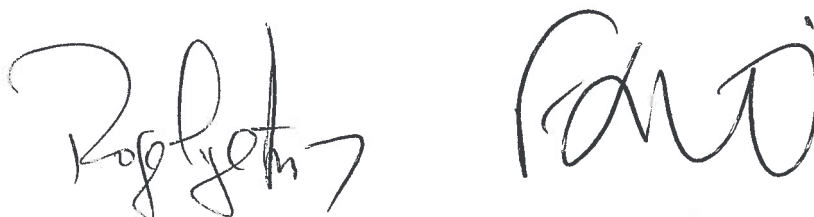
### **Produção de efeitos**

1 – O presente contrato produz efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2012.

2 – O disposto no número anterior não prejudica a vigência e a aplicação do contrato constitutivo do Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português, nas suas redações originais, no que se refere ao Associado do presente Fundo e ao extinto associado Impergesto, relativamente às situações verificadas, por um lado, desde 1 de Janeiro de 1998 até à data da entrada em vigor da sua primeira alteração, em 1 de Janeiro de 2002, e, por outro lado, desde 1 de Janeiro de 2002 até 28 de Dezembro de 2005, data da constituição do Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança, e os direitos adquiridos ao abrigo do mesmo.

Executado em duas vias, sendo uma destinada ao Associado e outra destinada à Entidade Gestora, e assinado pelas partes.

Lisboa, 31 de dezembro de 2013



**FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**



**CGD PENSÕES - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.**

102

**ANEXO I**  
**Tabela Anexa**

<b>Anos de Serviço</b>	<b>Porcentagem</b>
1 .....	2
2.....	4
3.....	6
4.....	8
5.....	10
6.....	12
7.....	14
8.....	16
9.....	18
10.....	20
11.....	24
12.....	27
13.....	30
14.....	33
15.....	36
16.....	39
17.....	43
18.....	46
19.....	49
20.....	52
21.....	55
22.....	58
23.....	62
24.....	65
25.....	68
26.....	71
27.....	74
28.....	77
29.....	81
30.....	84
31.....	87
32.....	90
33.....	93
34.....	96
35.....	100

A  
Pq



## ANEXO II

### Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança Avaliação dos Planos de Pensões a 31/12/2011

Pressupostos	
Tábua de mortalidade Homens Mulheres	TV 73/77(-2) TV88/90(-2)
Idade de Reforma	65 anos
Número de Pensões/Prestações ano	14
Taxa de Desconto	5,5%
Taxa Anual de Crescimento Salários dos Activos/Pré-Reformas Pensões	2,0% / 1,25% 0,75%

Nota:

Não foram utilizados decrementos de invalidez. O método de cálculo utilizado para a reforma por velhice foi o do *Projected Unit Credit*. O valor atual das responsabilidades com as pensões em pagamento foi obtido através das fórmulas de cálculo de rendas vitalícias e temporárias imediatas.

